

Educação e diversidade cultural: desenvolvimento do projeto de extensão “História e cultura do povo Kiriri do Rio Verde de Caldas”¹

Education and cultural diversity: extension project development “History and culture of the Kiriri people of Rio Verde de Caldas”

Solange Nunes de Oliveira Schiavetto²
Taciana Begalli de Oliveira Ruellas³
Adonias Santos Bernardes⁴

RESUMO

Este artigo busca apresentar os principais resultados do desenvolvimento do projeto de extensão “História e cultura do povo Kiriri do Rio Verde de Caldas”, realizado por meio do edital PAEx nº 12/2019 da Pró-reitoria de Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais. O projeto seguiu uma abordagem com duas frentes metodológicas que contemplaram ações no âmbito acadêmico do curso de Pedagogia da instituição (Unidade Poços de Caldas) e atividades no bojo da educação básica ao propor o seu desenvolvimento em duas escolas públicas do município de Poços de Caldas-MG. As discussões e interações com os diferentes públicos abarcados pelas ações do projeto buscaram compreender a dinâmica de transformações no que tange aos territórios, identidade e cultura, aos quais o grupo foi submetido ao longo de séculos e, mais especificamente, nas últimas décadas. Acredita-se que tais discussões foram importantes ferramentas para ampliar abordagens sobre a diversidade que marca a construção histórica do país. Ao estreitarmos laços entre comunidade acadêmica e povo Kiriri do Rio Verde foi possível realizar reflexões e aprofundar o aprendizado em torno do tema da diversidade cultural na educação.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Educação. Kiriri. Indígenas.

ABSTRACT

This article seeks to present the main results of the development of the extension project “History and culture of the Kiriri people of Rio Verde de Caldas” which was carried out through the University of the State of Minas Gerais, Extension Dean public notice PAEx number 12/2019. The project adopted an approach with two methodological fronts that contemplated actions in the academic scope of the Pedagogy course at the institution and activities in the core of basic education by proposing its development in two public schools in the city of Poços de Caldas, State of Minas Gerais, Brazil. The discussions and interactions with the different audiences covered by the project’s actions sought to understand the dynamics of transformations regarding the territories, identity and culture to which the group has been subjected for centuries and, more specifically, in recent decades. It is believed that such discussions were important tools to broaden and deepen approaches to the diversity that characterizes the country's historical construction. By strengthening ties between the academic

¹ Uma versão parcial deste texto foi apresentada em forma de pôster e publicada como resumo expandido nos Anais do VI Congresso Nacional de Educação, realizado em Fortaleza, em outubro de 2019.

² Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil; estágio pós-doutoral na mesma instituição; professora efetiva da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil; coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Memória, Cultura e Educação (UEMG); membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ambiente, Cultura e Educação (Gepace/UEMG) (solange.schiavetto@uemg.br).

³ Mestra em Ciências Humanas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, Brasil; membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Memória, Cultura e Educação (UEMG) (tacianaufop@gmail.com).

⁴ Graduado Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil; membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Memória, Cultura e Educação (UEMG) (adoniasbernardes8@gmail.com).

community and the Kiriri people of Rio Verde de Caldas, it was possible to think over and deepen the learning around the theme of cultural diversity in education.

Keywords: Cultural diversity. Education. Kiriri. Indigenous.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir questões relativas ao desenvolvimento do projeto de extensão “História e cultura do povo Kiriri do Rio Verde de Caldas” bem como analisar seus principais resultados. O referido projeto foi desenvolvido no ano de 2019 e teve como finalidade estabelecer laços de parceria entre a comunidade acadêmica da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Poços de Caldas, e o povo indígena Kiriri, situado na cidade de Caldas, Minas Gerais.

O grupo, que se autodenomina povo Kiriri do Rio Verde de Caldas, hoje conta com uma população de dezenove famílias e cinquenta e nove pessoas. Os Kiriri possuem um histórico de ocupação na região Nordeste do Brasil, onde, ao final do século 17, tinha-se a presença da etnia em trabalhos missionários. Tendo como núcleo central a antiga aldeia Saco dos Morcegos, atual Mirandela, Bahia, a região foi marcada ao longo dos séculos pelo processo acelerado de expansão da pecuária e por desmandos administrativos que culminaram na dispersão da etnia de seu núcleo central. Atualmente, o povo Kiriri está distribuído em onze núcleos no entorno de Mirandela-BA, sendo estes: Baixa da Cangalha, Baixa do Juá, Araçá, Canta Galo, Cajazeira, Segredo, Pau Ferro, Marcação, Baixa Nova, Mirandela, Gado Velhaco e Lagoa Grande (BORGES, 2017).

Devido a conflitos internos entre os Kiriri, segundo Borges (2017), por volta de 1986, algumas famílias deixaram a Lagoa Grande e se dirigiram ao oeste baiano, acolhidos pelo povo indígena Pankararu. Posteriormente, locomoveram-se para o município de Muquém de São Francisco-BA, às margens do rio São Francisco, onde vivia o povo Xucuru-Kariri. Como os Xucuru-Kariri foram realojados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o povoado de Quixabá-BA, as famílias Kiriri puderam ter acesso à terra em Muquém de São Francisco. Por falta de terras agricultáveis e secas na região do oeste baiano, os Xucuru-Kariri, originalmente de Alagoas, se deslocaram e estabeleceram em Caldas-MG, liderados por José Sátiro, em maio de 2001.

Nesse processo, os Kiriri chegaram a viver um tempo junto aos Xucuru-Kariri, que já viviam em Caldas-MG. Porém, por questões políticas, retornaram à Muquém de São Francisco e, posteriormente, se dirigiram novamente a Caldas-MG para trabalharem nas lavouras de batata. Assim, em março de 2017, doze famílias do povo indígena Kiriri, vindas de Muquém de São Francisco (Aldeia Kiriri de Barra), ocuparam uma área de cinquenta e cinco hectares doada pelo Estado de Minas Gerais à UEMG, no município de Caldas-MG. Em agosto do mesmo ano, houve um acordo entre os indígenas, o Estado de Minas Gerais e a FUNAI para que houvesse uma tentativa de encontrar novas terras para o grupo.

Apesar do acordo, em março de 2018, os Kiriri receberam uma decisão judicial de reintegração de posse. Diante dessa situação e de pressão para que deixassem a área ocupada, receberam do Governo de Minas a informação de uma terra no município de Patos de Minas-MG, para onde se locomoveram (BORGES, 2017). Após um processo conturbado de falta de trabalho e de moradia adequada, retornaram ao sul de Minas e se encontram em processo judicial para garantir sua permanência na terra doada à UEMG.

Tendo em vista esse contexto, em dezembro de 2018, o Povo Kiriri do Rio Verde de Caldas procurou a UEMG. Em primeira reunião, os Kiriri levaram à comunidade acadêmica o anseio do desenvolvimento de projetos que auxiliassem no processo de implementação de sua aldeia no município de Caldas-MG ao dar visibilidade ao grupo e fortalecer suas iniciativas políticas e culturais.

Em movimento concomitante, no início de 2019, iniciou-se uma articulação entre o povo Kiriri e a Reitoria da UEMG. A Universidade se mostrou favorável à suspensão das medidas judiciais de reintegração de posse que estavam em andamento. Posteriormente, a UEMG reverteu o terreno para o patrimônio do estado que, por sua vez, fez a doação à União a quem compete a demarcação de terras indígenas. Essa ação foi legitimada em 6 de janeiro de 2021 pela Lei nº 23.758/2021.

Portanto, o projeto de extensão apresentado aqui foi idealizado a partir das demandas dos indígenas Kiriri, como uma forma de estabelecer laços entre o povo indígena e a comunidade acadêmica da UEMG e, também, sensibilizar a população e o poder público para questões latentes que afetam o grupo nesse longo processo. Ele foi realizado no cerne de uma disputa judicial pelos direitos territoriais dos Kiriri, e o objetivo sempre foi dar apoio às reivindicações dos indígenas. Além da UEMG estar diretamente ligada à situação devido à

questão da terra em que o grupo se fixou, partimos do princípio de que a Universidade seja um espaço de excelência para discussões relativas ao tema e iniciativas que reconheçam e auxiliem as comunidades tradicionais em suas lutas históricas.

Diante de tais reivindicações dos Kiriri do Rio Verde de Caldas, o projeto se justifica em termos acadêmicos pela sua relação com os dizeres da Lei Federal nº 11.645/08, que trata da obrigatoriedade da abordagem da cultura e história indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Em seu artigo 26, parágrafo primeiro, ressalta que:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008).

Além disso, o projeto com os Kiriri levou em consideração a importância de se trabalhar a diversidade cultural em um curso de formação de professores. Tais questões são abordadas, em termos teóricos, em disciplinas de fundamentos da educação e metodologias de ensino, não ultrapassando, muitas vezes, os muros das discussões teóricas. Longe de julgar que tais discussões sejam terreno infértil, a possibilidade de ter contato e realizar discussões com populações tradicionais torna a aprendizagem dos alunos, futuros educadores, muito mais significativa e sensível às causas de tais populações. Por isso, considerou-se importante realizar esse projeto de extensão com os Kiriri do Rio Verde de Caldas e estreitar relações entre a UEMG e o grupo para estimular e aprofundar os debates acerca da diversidade cultural dentro do curso de Pedagogia, Unidade de Poços de Caldas.

Por fim, os sujeitos envolvidos na elaboração e na execução do projeto acreditam na importância de se realizar um trabalho de sensibilização não só na universidade, mas especialmente, nas escolas, chamando a atenção para a diversidade cultural brasileira e para a complexidade da construção de nossas identidades, que são múltiplas, e não pautadas por um sentimento único do que é “ser brasileiro”. Ao terem contato com populações etnicamente diferenciadas, alunos e professores das escolas envolvidas no projeto puderam compreender que o sentimento de pertença ao que denominamos “Brasil” se faz por diferentes vias, revelando inúmeros “brasis” formados por povos etnicamente diferenciados.

Seguindo por duas frentes metodológicas, sendo elas o trabalho com a comunidade acadêmica e o trabalho com a comunidade escolar, o projeto partiu da desconstrução da visão de cultura e identidades étnicas cristalizadas. Visualizou-se, portanto, maior sensibilização por parte dos alunos do curso de Pedagogia em relação à causa indígena e, também, maior visibilidade na comunidade de modo geral, algo que vem fortalecendo as iniciativas culturais, políticas e a imagem do povo Kiriri diante da população de Poços de Caldas, Caldas e região. As discussões levadas para o âmbito escolar contribuíram para aprofundar o debate sobre diversidade cultural e desconstruir visões estereotipadas sobre os povos indígenas hoje no Brasil.

METODOLOGIA

O projeto de extensão “História e Cultura do Povo de Rio Verde de Caldas” seguiu uma abordagem com duas frentes metodológicas que contemplaram: 1) ações no âmbito acadêmico do curso de Pedagogia da UEMG/Poços de Caldas; 2) atividades no bojo da educação básica, propondo o seu desenvolvimento em duas escolas públicas do município, sendo elas uma escola municipal (Escola Municipal Wilson Hedy Molinari) e outra estadual (Escola Estadual Doutor João Eugênio de Almeida). Na escola municipal, trabalhamos diretamente com alunos do 4º ano do Ensino Fundamental; na escola estadual, o trabalho foi realizado com turmas do 6º ano do Ensino Fundamental.

No que tange à comunidade acadêmica, o trabalho foi direcionado a dois grupos específicos: 1) Atividades mais amplas que envolveram todos os alunos do curso de Pedagogia da Unidade de Poços de Calda – rodas de conversa, oficinas, fórum sobre questões indígenas no Brasil (abertos a toda a comunidade); 2) Atividades específicas para estudantes diretamente interessados nas temáticas indígenas, e que participaram das atividades fora da universidade. Esses bolsistas, voluntários e monitores ajudaram a compor o grupo de estudos sobre as questões indígenas no Brasil. Nele, foi realizado levantamento bibliográfico e discussão de textos sobre a questão indígena e sobre diversidade cultural, visita à aldeia dos Kiriri, participação da elaboração e execução de todas as atividades no espaço escolar e também no espaço acadêmico.

Com relação ao trabalho com a comunidade escolar, o grupo de estudos formado pelos alunos da Pedagogia mediou as atividades realizadas entre escolas e comunidade Kiriri. As

atividades nas escolas foram divididas em dois momentos. No primeiro, que antecedeu a visita dos Kiriri, com o auxílio dos professores, foi disponibilizada a “Caixa do Saber” para os alunos depositarem dúvidas sobre as culturas indígenas. Logo após, houve a roda de conversa com os alunos e uma apresentação em *PowerPoint* que buscou responder às principais questões levantadas pelos alunos na “Caixa do Saber”. Essa atividade teve como intuito realizar uma breve introdução às questões indígenas, buscando amenizar as visões estereotipadas que as crianças geralmente carregam sobre os povos culturalmente diferenciados. Esta atividade foi importante para preparar o terreno para as ações finais, que levaram os indígenas Kiriri às escolas.

Acreditamos que, com a realização de tais etapas, o projeto levou em consideração a importância de se trabalhar a diversidade cultural em um curso de formação de professores e na educação básica. Além disso, as ações propostas possibilitaram que os objetivos fossem alcançados, como a inserção de alunos de Pedagogia nas discussões sobre a causa indígena e diversidade cultural, e promover visibilidade ao povo indígena Kiriri estabelecido em Caldas-MG, fortalecendo suas iniciativas culturais, políticas e sua imagem diante da população de Poços de Caldas, Caldas e região.

DESENVOLVIMENTO

Como ressaltado acima, os passos do projeto tiveram como objetivo abranger um público estudantil diversificado, tendo como foco ações no Fundamental I, no Fundamental II e no curso de Pedagogia. O desenvolvimento dessas etapas do projeto se deu de forma contínua entre dezembro de 2018, data do primeiro contato da equipe do projeto com os indígenas da aldeia Kiriri de Caldas, até dezembro de 2019, data do encerramento das atividades e envio de relatórios à Pró-reitoria de Extensão da UEMG. O seu desenvolvimento está aqui relatado.

No que diz respeito aos trabalhos com a comunidade acadêmica, foram realizadas, logo de início, duas reuniões com os representantes do povo Kiriri do Rio Verde de Caldas. A primeira, ocorrida em dezembro de 2018, foi o primeiro contato entre corpo docente e gestores da Universidade com os representantes da comunidade. Foi quando o grupo trouxe seus anseios e a necessidade do desenvolvimento de projetos que os auxiliassem na permanência nas terras cedidas pelo Estado de Minas Gerais à UEMG. A segunda, em janeiro

de 2019, foi o momento de apresentar o projeto, colher impressões e sugestões da comunidade indígena. Com essas reuniões a comunidade acadêmica se aproximou do grupo e passou a compreender seus objetivos, suas necessidades.

Posteriormente, no mês de março, um grupo de aproximadamente vinte pessoas, entre professores e alunos da UEMG/Poços de Caldas, realizou a visita à aldeia Kiriri em Caldas-MG para conhecer o local e acompanhar algumas atividades do grupo. Essa atividade tornou oficial o projeto de extensão. Também em março, aconteceu na sede da universidade uma roda de conversa com o Povo Kiriri, que contou com a presença de cento e cinquenta estudantes do curso de Pedagogia. Essas duas atividades voltadas para estreitar os laços entre comunidade acadêmica e os indígenas foram essenciais para que as concepções de cultura e identidade fossem discutidas e colocadas em pauta para reflexões. Com as revisões surgidas sobre o tema após a Constituição de 1988, faz-se necessária uma crítica à visão de identidade étnica e cultura como cristalizadas, por meio de trabalhos, como, por exemplo, de Oliveira Filho (1999).

Ao observar as mudanças vivenciadas pelo povo Kiriri e sua forma de vida, foi possível estabelecer a discussão com os alunos da Pedagogia para a compreensão de que são processos dinâmicos passíveis de mudanças o tempo todo, por entrar em contato com novos acontecimentos e novas sociedades, com manifestações culturais tão diferentes das suas. Assim como a cultura deve ser considerada fluida e mutável, as identidades devem ser vistas como construções relacionais, históricas e fluidas. São elaboradas por processos de apropriação e ressignificação cultural através da interação social de grupos étnicos distintos.

O contato com o outro também reforça aspectos da singularidade do grupo frente ao diferente. Segundo Cunha (2009, p. 99), “a cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função”. Logo, ao compreender todos os processos vivenciados pelo povo Kiriri que os trouxe até a cidade de Caldas-MG, bem como sua adaptação à nova situação posta, é possível compreender como os processos econômicos, históricos e simbólicos impactam indivíduos e grupos levando-os sempre à transformação. Trazer tais discussões que tão bem dialogam com os mais recentes estudos etnográficos das populações indígenas do Brasil foi nosso objetivo com relação ao público acadêmico, formado por alunos do curso de Pedagogia, futuros educadores. Importante ressaltar que esses estudos etnográficos evidenciam a impossibilidade de se pensar cultura como um conceito estático (CUNHA 2009; OLIVEIRA FILHO 1999).

Em consonância a essas discussões, em abril de 2019, foi organizada, pelo projeto de extensão, a Mesa Redonda “Povos Indígenas e Questões Territoriais: Aspectos Históricos e Atualidades” dentro do 1º Fórum de Debates Indígenas da Feira do Livro de Poços de Caldas. A mesa foi composta por pesquisadores do tema e os líderes indígenas Ailton Krenak e Adenilson Kiriri. Foi um momento em que as discussões do projeto foram ampliadas para toda a comunidade que incluiu interessados em geral pelo tema, alunos da educação básica e superior presentes no evento.

As discussões da mesa perpassaram temas relevantes, especialmente ao focar nos processos históricos e atuais de construção e expansão do território nacional em que territórios indígenas foram e são destruídos e reconstruídos em novas bases. Convidamos para compor a mesa, além das duas lideranças indígenas citadas, acadêmicos do Direito, Antropologia e Arqueologia. Suas visões sobre a trajetória dos grupos indígenas no Brasil ajudaram a desenhar o cenário de luta por direitos e valorização dos aspectos históricos e culturais dos grupos indígenas brasileiros, de forma geral, e dos Kiriri do Rio Verde de Caldas, em específico.

Segundo Gomide (2011) compreender territórios indígenas é levar em conta as relações de apropriação de espaços por um determinado povo indígena em diversas dimensões, como política, cultural, simbólica e cosmológica. Assim, um território indígena remete à construção, práticas e vivências estabelecidas em um espaço específico, bem como às afetividades ali desenvolvidas. Portanto, buscamos, também, compreender a lógica territorial Kiriri dentro desses pressupostos. Dessa forma, acreditamos que as discussões que os integrantes da mesa trouxeram levaram o público a fazer reflexões sobre o olhar generalizante e empobrecedor que o brasileiro tem sobre questões de territórios indígenas, muitas vezes pautados pelo que as mídias nos apresentam.

Tais discussões teóricas balizaram a criação do grupo de estudos do projeto de extensão que se reuniu semanalmente para leitura e debates sobre textos, participação e organização das ações do projeto e que foi responsável pela mediação entre os Kiriri e as escolas participantes. Nesse sentido, as ações engendradas pelo projeto, a partir de agosto de 2019, foram as rodas de conversa com alunos dos 4º e 6º anos sobre cultura e história indígena, realizadas pelos alunos de Pedagogia que atuaram como mediadores, e a visita dos Kiriri às escolas para uma roda de conversa e para realização de outras atividades culturais (apresentação do toré e venda de artesanato).

É importante ressaltar que o pequeno grupo de alunos e docentes que compuseram o grupo de estudos do projeto de extensão foi formado pelas duas coordenadoras, um docente da UEMG, dois alunos, que pleitearam bolsa de extensão, e diversos alunos voluntários, cujo número flutuou desde o início, de acordo com a disponibilidade desses alunos para participação nas atividades.

Para as atividades nas escolas, que tiveram início efetivamente em agosto de 2019, iniciou-se o planejamento em junho, com os alunos da UEMG, a fim de escolher as escolas que poderiam participar das atividades com os Kiriri. Os critérios para escolha das escolas levaram em consideração questões como disponibilidade e interesse de gestores e corpo docente, a fim de abrir espaço para as atividades que seriam desenvolvidas.

Neste sentido, a escola municipal escolhida já havia participado de outro projeto de extensão de uma das coordenadoras (extensão sobre Arqueologia na escola, realizado em 2018), além de possuir em seu quadro docente um dos alunos do curso de Pedagogia, professor de Ciências. A escola estadual foi convidada a participar das atividades pelo interesse demonstrado pela professora de História dos 6º anos, também docente da UEMG e uma das coordenadoras do projeto com os Kiriri. As duas escolas demonstraram muito interesse pela realização das atividades, o que facilitou o acesso aos alunos e o trabalho da equipe a partir de agosto de 2019.

No que tange às turmas escolhidas para realizar os trabalhos mais detalhados que o projeto propôs, na escola municipal havíamos realizado, em 2018, as atividades sobre Arqueologia com os 3º anos do Fundamental. Nesses trabalhos, a questão indígena foi abordada, visto que é impossível nos referirmos à Arqueologia Brasileira sem mencionarmos nosso rico patrimônio arqueológico, inegável contribuição dos primeiros habitantes do Brasil, os povos indígenas. Dessa forma, foi interessante dar continuidade às discussões de 2018, abordando as questões indígenas atuais com os mesmos alunos, agora no 4º ano do Fundamental. As atividades nessa escola envolveram três turmas de 4º ano.

Quanto à escola estadual, pelo fato de uma das coordenadoras do projeto Kiriri ser a professora da disciplina História, trabalhando com três turmas do 6º ano, foi interessante levar as atividades específicas do projeto para essas turmas, pois a referida docente pôde acompanhar os alunos em todo o processo, tirando dúvidas e observando a interação dos estudantes com as temáticas propostas. É importante ressaltar, também, que o conteúdo da disciplina História do 6º ano contempla discussões sobre a chegada dos europeus às Américas

e o contato entre eles e os povos indígenas. Tais temas geralmente despertam muita curiosidade entre os alunos. Levar as atividades do projeto para esse grupo específico de alunos tornou possível complementar as discussões sobre histórias, culturas e identidades indígenas, auxiliando na diminuição de preconceitos e quebra de estereótipos geralmente direcionados às populações indígenas do Brasil.

É importante salientar que este trabalho mais detalhado não foi direcionado a toda a comunidade escolar devido ao fato de o projeto ser realizado em apenas um ano. Ao mesmo tempo, acredita-se que as atividades poderão ser retomadas e esse projeto poderá ser realizado nos próximos anos, visto que a abordagem das temáticas sobre diversidade cultural é de grande importância, devendo ser trabalhado de forma contínua.

Após a elaboração das atividades a serem realizadas com os 4º e 6º, em contato com os professores regentes das turmas envolvidas no projeto, procedeu-se à orientação para a introdução das temáticas a serem abordadas. O objetivo foi trazer para os docentes e alunos da UEMG os questionamentos dos estudantes do Ensino Fundamental quanto às culturas indígenas. Essa atividade foi protagonizada pela caixa do saber. A caixa do saber é uma caixa disponibilizada aos alunos para que escrevam suas questões relacionadas às temáticas indígenas. Muitas vezes eles apresentam dúvidas que poderiam ser sanadas, mas que não são apresentadas por timidez ou por outros fatores. Em uma aula com o/a docente regente das turmas, os alunos elaboraram questões sobre as culturas indígenas e elas serviram de base para a equipe preparar a conversa sobre história e atualidades dos povos indígenas do Brasil.

A caixa do saber revelou muitas dúvidas sobre os povos indígenas da atualidade. Nas duas escolas, as perguntas giraram em torno dos mesmos temas, embora tenham sido feitas por alunos de turmas diferentes (4º e 6º anos). Surgiram questões referentes a costumes (músicas preferidas, homossexualidade, canibalismo, guerras com outras aldeias, dentre outras), religião (monoteístas ou politeístas), moradia (onde moram, como constroem suas casas), educação (vão à escola, sabem ler), e muitos outros questionamentos sobre arte, saúde, educação, segurança, línguas.

É interessante notar que algumas questões específicas, como as sobre religião, foram feitas por alunos dos 6º anos, já incorporando termos que possivelmente aprenderam nas aulas de História (monoteísmo, politeísmo). Outro fato digno de nota é que as perguntas foram sempre feitas a partir da vivência dos alunos e das necessidades e parâmetros culturais do seu grupo.

Um exemplo disso é o questionamento sobre segurança: como fazem sem policiais por perto? As questões levantadas na caixa do saber trouxeram elementos para a próxima fase de atuação nas escolas: a mediação dos alunos do curso de Pedagogia da UEMG.

Após esse primeiro contato com as percepções dos alunos sobre os povos indígenas, o grupo de estudos do projeto iniciou a elaboração de um material educativo a ser discutido com os estudantes. Tal material levou em consideração todos os questionamentos feitos concernentes à cultura e identidade indígena. Os conhecimentos adquiridos pelo grupo de estudos a partir da leitura e discussão de algumas obras sobre a questão indígena (CUNHA, 1992; FREIRE, 2016; FUNARI; PIÑON, 2011; MENEZES, 2014; OLIVEIRA FILHO, 1999) foram cruciais para a abordagem de temáticas como línguas, cultura material, arte, moradia, educação, alimentação, dentre outros temas relevantes. A apresentação em *PowerPoint* foi preparada pela equipe, levando-se em consideração as diferenças entre os alunos dos 4º e dos 6º anos. Foi uma excelente oportunidade de abordarem o mesmo tema para públicos diferentes. Os estudantes de Pedagogia procuraram abordar os temas com *slides* sucintos e com muitas ilustrações.

Essa primeira atividade, denominada “roda de conversa”, possibilitou preparar os estudantes das escolas participantes para a visita dos indígenas da aldeia Kiriri. Embora o grupo tenha tido a preocupação em abordar a temática indígena de forma ampla, procurou nunca perder de vista a ideia de que tais povos têm as suas especificidades, pois suas culturas nunca devem ser pensadas no singular, visto serem frutos de intensas trocas. Assim, a ideia de fundo das apresentações do grupo de estudos é sempre a concepção de que cultura é um processo contínuo de trocas, e que tal processo revela a riqueza de cada povo indígena do Brasil (LARAIA, 2002).

As atividades nas escolas tiveram o objetivo de munir os alunos de reflexões e conhecimentos sobre os povos indígenas do Brasil, a fim de que o encontro com os Kiriri oportunizasse aprofundamento em questões relativas às especificidades culturais, e que não fosse pautado por visões genéricas e homogeneizantes das culturas indígenas. Dessa forma, os alunos das duas escolas abrangidas pelo projeto puderam aproveitar a visita dos Kiriri e, com muito interesse, ouviram as histórias narradas por eles, conheceram um pouco de sua arte vendo colares, pulseiras, maracás e outros itens e participaram do toré. Com relação ao toré, Grünewald (2008, p. 43) afirma que

é uma tradição indígena de difícil demonstração substantiva por conta da variação semântica e das diversas formas de suas realizações práticas entre as sociedades indígenas e fora delas. Trata-se, a princípio, de uma dança ritual que consagra o grupo étnico. Não se pode, além disso, precisar uma origem do termo e até do ritual do toré pela ausência de narrativas coloniais a seu respeito. O toré ganha visibilidade (e a relevância atual) a partir de um processo social que se inicia na primeira metade do século XX. Hoje, o toré está inclusive totalmente incorporado ao movimento indígena no Nordeste como forma de expressão política.

Não só na experiência nas escolas, mas em todas as experiências vividas durante a execução deste projeto de extensão, o toré esteve presente como forma de expressar o ser indígena, ao mesmo tempo em que trouxe a possibilidade de um encontro cultural, um ver-se no outro para todos os não indígenas que participaram das atividades – docentes, universitários e comunidade escolar representada por alunos, professores e gestores. Isso pode ser salientado porque o toré, embora tenha o seu ritmo marcado pelos maracás, e os indígenas utilizem as suas belas indumentárias, traz letras que remetem à religião cristã, à identidade indígena como guerreira, e aos Kiriri como destemidos brasileiros. São ritmos e palavras que perduram na memória de quem tem o privilégio de conhecer e participar desse ritual. Por isso mesmo, os envolvidos no projeto acreditam, foi uma eficiente maneira de apresentar um pouco da riqueza das culturas indígenas existentes no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ações desenvolvidas foi observada uma maior sensibilização por parte dos envolvidos no que tange à história, à cultura e às atuais condições da comunidade Kiriri que vive em Caldas-MG. Além disso, acredita-se que, com as ações do projeto realizadas, o povo indígena Kiriri conseguiu mais visibilidade na comunidade e vem fortalecendo suas iniciativas culturais, políticas e sua imagem perante a população de Poços de Caldas, Caldas e região.

Além do envolvimento e do interesse gerados nos alunos de Pedagogia da UEMG, a realização do Fórum de Debates Indígenas para toda a comunidade, a Carta de Apoio redigida pela UEMG/Poços de Caldas e também a carta elaborada para os componentes da mesa de debate foram essenciais para angariar visibilidade e apoio às demandas da comunidade indígena Kiriri reforçar e auxiliar em suas lutas históricas. Assim, acredita-se que o grupo de

apoio aos Kiriri também foi ampliado e que o poder público está mais atento às condições para permanência dos indígenas em Caldas/MG.

No que tange à educação básica, as atividades contribuíram positivamente no debate sobre a diversidade cultural do país ao proporcionar tanto a mediação dos alunos de Pedagogia quanto, especialmente, a proximidade dos estudantes do Fundamental I e II com a cultura e história indígena, a partir de um caso real e palpável. Com isso, foram mostradas a eles as inúmeras formas de ser e estar no mundo, levando ao reconhecimento e à valorização da diversidade em nosso país e das inúmeras populações que compõem a sociedade. Além disso, ao partirmos de um trabalho prévio e embasado com os alunos da Pedagogia, essa discussão foi levada à escola como um debate sério e não permeado por características que normalmente reforçam os estereótipos e preconceitos com as populações indígenas.

Compreender a dinâmica de transformações no que diz respeito aos territórios indígenas, identidade e cultura é uma importante ferramenta para ampliar e aprofundar as discussões sobre a diversidade que marca a construção histórica do país. O projeto “História e Cultura do Povo Kiriri do Rio Verde de Caldas” se torna relevante por realizar ações que puderam sensibilizar a comunidade acadêmica, demais interessados na causa indígena e o poder público. Além disso, acredita-se que, como educadores, temos a responsabilidade de averiguar e pensar sobre a forma como a temática indígena vem sendo tratada historicamente nas escolas. Logo, com as atividades realizadas, como o grupo de estudos e rodas de conversa no ambiente acadêmico, as iniciativas caminharam rumo a essa perspectiva. Por fim, o projeto atendeu às demandas da comunidade Kiriri ao gerar visibilidade às necessidades do grupo e se propôs levar à educação básica questões e problemáticas que levem os alunos à reflexão crítica ao terem contato com populações etnicamente diferenciadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 15 out. 2020.

BORGES, F. H. **Por um lugar de vida: o caso dos Kiriri acampados no município de Caldas/MG.** In: JORNADAS DE ANTROPOLOGIA JOHN MONTEIRO, 1., 2017, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2017. p.147-156.

CUNHA, M. C. Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível. *In: Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

CUNHA, M. C. (coord.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FREIRE, J. R. B. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. **Ensaio e Pesquisa em Educação**, Belo Horizonte, v. 1, p. 3-23, 2016. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2534828/mod_resource/content/1/Cinco%20ideias%20equivocadas%20sobre%20o%20indio%20.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

FUNARI, P. P.A.; PIÑON, A. **A temática indígena na escola**: subsídios para professores. São Paulo: Contexto, 2011.

GRÜNEWALD, R. Toré e Jurema: emblemas indígenas no Nordeste do Brasil. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 60, n. 4, p. 43-45, 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400018. Acesso em: 18 out. 2020.

GOMIDE, M. L. C. Território no mundo A'uwe Xavante. **Confins**, São Paulo, n. 11, 2011. Doi: 10.4000/confins.6888. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/6888>. Acesso em: 6 jul. 2020.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

MENEZES, P. M. Repensando a questão indígena na escola. Moitará: Revista Eletrônica da Fundação Araporã, v. 1, n. 1, p. 25-35, nov.-dez. 2014. Disponível em: <http://fundacaoarapora.org.br/moitarar/wp-content/uploads/2016/02/Repensando-a-quest%C3%A3o-ind%C3%ADgena-na-escola-Paula-M.-Menezes.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23.758, de 6 de janeiro de 2021**. Autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-23758-2021-minas-gerais-autoriza-o-poder-executivo-a-doar-a-uniao-o-imovel-que-especifica>. Acesso em: 18 jul. 2020.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

RUELLAS, T. B. O.; SCHIAVETTO, S. N. O.; RAMIRO, R. H. Educação e diversidade cultural: estudo de caso do povo Kiriri do Rio Verde de Caldas/MG. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 6., 2019, Fortaleza. **Anais [...]** Campina Grande: Editora Realize, 2019.

Submetido em 20 de outubro de 2020.

Aprovado em 27 de março de 2021.